

# Superação momentânea do problema

Os fatos não mentem: o sistema financeiro internacional soube, apesar das condições adversas, enfrentar a crise.

Governos, instituições financeiras internacionais e bancos comerciais, todos eles se adaptaram à situação, cada um à sua maneira. As soluções encontradas foram, ao mesmo tempo, rápidas e eficazes. Sob a égide do FMI, os planos de financiamento envolveram todos os seus participantes — principalmente os bancos, que, além de aceitarem por parte de seus devedores um reescalonamento de até 100% do montante da dívida, concederam novos empréstimos, ou seja, um refinanciamento de quase a metade dos juros sobre o capital. Estes esquemas favoreceram os grandes países latino-americanos, em particular o Brasil e o México. De acordo com outras fórmulas, que variaram conforme o caso, outros reescalamentos beneficiaram a Iugoslávia, a Romênia e vários países africanos. Além disto, existem negociações em andamento para a Polônia, a Argentina e as Filipinas. Novos créditos foram concedidos à Iugoslávia, México, Brasil, Argentina, Chile, Peru e outros países menores, no total de mais de 18 bilhões de dólares.

Os governos aceitaram, no Clube de Paris, o reescalonamento da dívida de dois países em 1980, sete em 1981, seis em 1982, 16 em 1983 e 15 em 1984. No total, depois de 1978, mais de 30 bilhões de dólares em dívidas foram reescalados.

Algumas vezes, os governos foram estimulados a completar seus esforços de reescalonamento pela concessão de novos empréstimos. Tal foi o caso de países pobres como Uganda, Sudão, Madagascar, Marrocos, Senegal e Zaire.

O Banco de Regulações Internacionais interveio, com a garantia dos bancos centrais, em favor da Hungria, do México, da Argentina, do Brasil e da Iugoslávia, durante o delicado período anterior aos acordos com o FMI.

As instituições financeiras multilaterais intensificaram seus esforços em direção aos países atingidos mais agudamente pela crise. O FMI, em particular, demonstrou grande eficácia em meio ao dispositivo internacional: seu papel foi, sem dúvida, decisivo na preservação da ordem financeira mundial.

Este esforço dos países credores foi possível graças à adoção, por parte dos países endividados, de estratégias de ajustamento severas, iniciando uma etapa de disciplina rigorosa, depois dos anos de expansão, mais ou menos artificial, e alguns graves erros de administração. O crescimento tornou-se, nestes casos, quase nulo ou negativo, ao mesmo tempo em que o nível de vida baixou de forma significativa (- 10%), colocando à prova, na maioria das vezes, a solidez dos poderes constituídos.

As crises de pagamento declaradas foram contornadas. Todos os atores souberam evitar os extremos: seja a tentação da moratória unilateral, por parte dos países endividados, seja o recurso de "decretação de falência" por parte dos credores. Em resumo: os problemas foram tratados sob o ângulo de situações de falta de liquidez mais ou menos duráveis, sem questionar a solvência dos países endividados.

Poderemos dizer que, agindo desta maneira, a comunidade internacional se limitou a ganhar tempo?